

PSD compromete-se a “abolir” rendas fixas garantidas nas renováveis

12 de Julho, 2019

O PSD comprometeu-se a “abolir de vez” as rendas fixas garantidas no setor das energias renováveis, dizendo querer apostar nesse setor, mas sem consequências para os consumidores, e a decretar emergência climática se for Governo. Na apresentação de um documento com as principais ideias do PSD para combater as alterações climáticas, o vice-presidente do partido e porta-voz do Conselho Nacional Estratégico para a área da Energia, Ambiente e Natureza, Salvador Malheiro, considerou que “essas rendas fixas garantidas eram compreensíveis há alguns anos para promover as renováveis, mas já não atualmente”, lê-se no site da Lusa.

“Conhecemos bem os reflexos bem dessas rendas fixas garantidas no passado: contribuíram para défices tarifários e para os custos de interesse económico geral (CIEG), com que todos os meses somos confrontados na nossa fatura de eletricidade”, afirmou, numa conferência de imprensa em que surgiu ao lado do presidente do PSD, Rui Rio, e do cabeça de lista pelo Porto às legislativas, Hugo Carvalho. O vice-presidente do PSD apontou que estão em curso leilões para o solar fotovoltaico, em que volta a estar em causa “um valor fixo e garantido” para quem ganhar os concursos.

Questionado se, se for primeiro-ministro, irá declarar o estado de emergência climática – que o Governo português tem considerado ser um ato meramente simbólico -, Rui Rio respondeu afirmativamente. “O PSD concorda que se vive um estado de emergência climática, emergência no sentido em que a ação tem de ocorrer no imediato”, defendeu.

O PSD apresentou hoje um ‘powerpoint’ de oito páginas onde elenca um conjunto de ideias para reduzir as emissões de dióxido de carbono e aumentar os espaços verdes, mas, na maioria dos casos, sem apontar metas. “Quando estamos no poder temos uma consciência exata das coisas, quando estamos na oposição há coisas onde nos podemos comprometer com metas muito precisas outras não”, justificou o presidente social-democrata.

Questionado sobre o impacto financeiro das medidas hoje apresentadas – como um agravamento fiscal para produtos de plástico ou a inclusão de critérios ambientais para a contratação pública, entre outras –, o presidente do PSD limitou-se a dizer que “é residual” no Orçamento do Estado. Instado a detalhar, por exemplo, quanto prevê o PSD para o “crescente investimento na ferrovia” inscrito no documento, Rio apenas disse que estará incluído no valor global que o partido apontou para o reforço do investimento público na próxima legislatura, 3,6 mil milhões de euros, que também será para áreas como a saúde e a habitação.

Hugo Carvalho, 28 anos e cabeça de lista pelo Porto, realçou a prioridade que o PSD sempre deu à área do ambiente e ‘resumiu’ as medidas enunciadas. “O que se quer aqui é um novo normal, em que seja normal as pessoas andarem de

transportes públicos, em que seja normal nós reutilizarmos, em que seja normal consumir sustentável, produzir sustentável, e dar o exemplo também pelo Estado com os olhos do futuro. Não há segundas oportunidades e já não vamos cedo”, alertou.